

2020: Forças Armadas e o Brasil

» FERNANDO AZEVEDO E SILVA
General de Exército, ministro da Defesa



Aproxima-se o fim de um ano que merece reflexões de toda ordem, particularmente, na área de Defesa. Falar em defesa é falar na proteção do país e da sua população, nas mais diversas formas. O ano começou com uma ameaça aterrorizando o outro lado do mundo e que poderia chegar ao Brasil, o novo coronavírus. Em fevereiro, quando ainda não se falava em pandemia, enviamos duas aeronaves da Força Aérea à China para resgatar um grupo de brasileiros. Logo em seguida, iniciamos a Operação Covid-19. Criamos comandos conjuntos, integrados pelas três Forças Armadas, para permitir o apoio às ações do governo federal, dos estados e dos municípios, em todos os cantos do país. Mobilizamos a indústria nacional e unimos esforços. A logística típica de guerra adaptou-se para o combate ao inimigo invisível e feroz.

Passados nove meses, os números impressionam: em parceria com outros ministérios, empregamos, diariamente, mais de 34 mil militares; descontaminamos mais de sete mil locais públicos; levamos atendimento de saúde a aproximadamente 155 mil indígenas; entregamos cerca de 6,5 milhões de kits de alimentação; aviões militares voaram o equivalente a 25 voltas ao mundo. As ações continuam e, no momento, nós nos preparamos para apoiar a vacinação.

Simultaneamente, os militares foram mobilizados para, junto às agências ambientais e de segurança pública, combater ilícitos na Amazônia. A Operação Verde Brasil-2 permitiu a coordenação, o apoio logístico e a segurança necessária ao desenvolvimento das ações. Os resultados foram expressivos: mais de 4 mil multas aplicadas, representando cerca de R\$ 1,8 bilhão; foram apreendidos mais de 180 mil metros cúbicos de madeira e de 154 mil toneladas de minério; mais de 7,6 mil focos de incêndio foram combatidos; no total, mais de 58 mil ações realizadas. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, nos últimos quatro meses, o desmatamento caiu 19% em relação ao mesmo período do ano anterior — em novembro, a queda foi de 45%.

Ao longo do ano, Marinha, Exército e Força Aérea também foram empregados em outras regiões, combatendo incêndios no Pantanal, apoiando eleições municipais em todo o país, recebendo imigrantes venezuelanos na Operação Acolhida, atuando na crise energética no Amapá, levando saúde às populações ribeirinhas e água ao sertão nordestino por meio da Operação Pipa — ação emergencial que já dura 22 anos.

Tudo isso sem que se descuidasse da principal missão das Forças Armadas: o preparo para

a defesa da pátria e a preservação da nossa soberania, no mar, em terra e no ar. As Forças mantiveram os treinamentos de defesa do território, ao mesmo tempo em que patrulhavam o espaço aéreo, a Amazônia Azul e a vasta fronteira do Brasil.

A estratégia da dissuasão e da presença tem sido uma opção segura e, nesse caminho, devemos concentrar esforços. Os Projetos Estratégicos, importantes para recuperar e manter a capacidade operacional, continuam avançando, com a ajuda do governo federal, demandando atenção permanente. Este ano, o primeiro caça Gripen voou nos céus do Brasil. Outros estão a caminho. O submarino Humaitá, segundo o Programa de Submarinos da Marinha, iniciou os testes de mar. No Exército, o blindado Guarani vai sendo entregue à tropa, e o lançador de foguetes Astros incorpora novas capacidades. O poder dissuasório é o mais eficaz instrumento da paz, certeza de proteção, desenvolvimento tecnológico e geração de empregos.

Nosso país possui dimensões continentais e riquezas naturais inigualáveis. Não há como comparar o Brasil a outro país. Todo esse privilégio depende de paz e de estabilidade para que cada cidadão possa realizar suas escolhas. A responsabilidade pela manutenção da paz é um dever de todos os brasileiros. Congressistas, acadêmicos, jornalistas, empresários e todos com visão de futuro estão convidados a discutir defesa. Precisamos do entendimento e do apoio da sociedade para continuar garantindo a paz, uma conquista silenciosa e nem sempre percebida.

Proteger esta nação é o trabalho mais nobre das Forças Armadas. A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, aprovadas pelo presidente Jair Bolsonaro e enviadas ao Congresso Nacional, representam importantes marcos. Que, em 2021, avancemos nesse debate, pois defesa não se improvisa. Defesa não é gasto, é investimento. E a paz não é uma garantia, é uma conquista.

É novo e é normal

MARIA ANTONIETTA RUSSO
» Vice-presidente de recursos humanos da TIM

A pandemia coloca à prova nossa capacidade de adaptação e superação

São a flexibilidade e as transformações do contexto que levaram pessoas e empresas a, tão logo tornou-se necessário, mudar instantaneamente sua forma de trabalhar. O home office tem se mostrado não somente um antídoto eficiente nas relações de trabalho, mas continuará a ser adotado amplamente quando a pandemia passar, marcando, de forma permanente, as relações profissionais. Nesse sentido, hoje, somos os protagonistas da substituição talvez reativa, mas inexorável, do modelo de gestão tradicional baseado em controle, rigidez e hierarquia por outro em que mais valem maleabilidade, responsabilidade e confiança.

Para as empresas, esse processo, ainda tão recente, teve três momentos distintos. No primeiro deles, a decisão imediata de inúmeras companhias diante da eclosão da pandemia foi colocar, sem muito cálculo, o máximo de funcionários em casa com o objetivo de preservar a saúde das pessoas. No segundo, logo depois, houve a preocupação de aprimorar as condições para que, em tais circunstâncias, se garantisse a continuidade dos negócios, preservando a qualidade do trabalho. No terceiro, por fim, seguradas as duas fases primárias, veio a constatação de que — sim! — as coisas estavam indo bem, com certos ganhos de produtividade e satisfação. Deu-se, então, a compreensão de que boa parte dessas mudanças era incontornável e tinha vindo para ficar e, inclusive, acompanhada pela frequente pergunta de “como foi que não pensamos nisso antes”.

É importante notar que os três estágios representaram um enorme esforço de adaptação individual e coletivo. As empresas tiveram de reorganizar por completo suas rotinas, sem interromper o fluxo de produção e sem comprometer a saúde financeira. Em isolamento forçado, os colaboradores precisaram buscar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, muitas vezes, sem o apoio habitualmente garantido por escolas e parentes.

E, com as mudanças, vieram as descobertas. Por exemplo: ficou evidente, para muitos profissionais, que é possível aproveitar de maneira mais útil ou prazerosa o tempo antes gasto todos os dias no deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Ao mesmo tempo, a transformação de nossas casas em escritórios criou o desafio de gerir o tempo com sabedoria e de se comunicar com clareza num ambiente mais fluido, sem as balizas a que nos habituamos no clássico habitat corporativo.

Para tudo isso funcionar, é necessário, mais do que nunca, que as relações profissionais sejam baseadas no respeito e na parceria. A distância forçada exige que as dinâmicas de interação sejam ainda mais integradas. Jamais equipes de trabalho necessitaram estar tão afinadas e coordenadas como agora. Nesse universo de contatos preferencialmente virtuais, a ideia da sala do diretor aberta a todos foi ampliada de forma inimaginável. O funcionamento de qualquer empresa está amparado, hoje, mais do que antes, na responsabilidade coletiva. Em certa medida, todos se tornaram gestores de si próprios e, ao mesmo tempo, mais dependentes do movimento bem encadeado da engrenagem profissional.

Os espaços de trabalho nunca mais serão os mesmos e, para as empresas, isso significa que a flexibilidade se tornou definitivamente uma característica organizacional indispensável. Na companhia em que atuo, adotávamos um modelo maleável, com a possibilidade de trabalho remoto até duas vezes por semana para funcionários da sede. Era algo que pensávamos em estender gradualmente para os escritórios regionais, mas, em poucos dias, tivemos que ampliar essa medida para todos, tomando-a como a única forma possível de manter o negócio funcionando. Até o call center opera, hoje, de forma eficiente com 1.900 consultores atendendo de suas casas, num formato nunca testado, algo antes impensável.

A necessidade acelerou nossa educação digital. A mudança abrupta para o ambiente virtual evidenciou que as dificuldades para avançar eram mais relacionadas a nossas barreiras emocionais e culturais do que a limitações tecnológicas ou operacionais. Há quem considere a expressão novo normal apenas um modismo, mas o fato é que ele é uma realidade e, como todas as evoluções, em breve se tornará simplesmente “normal”.

Não voltaremos para casa

» RAISSA ROSSITER

Socióloga, mestra e doutora em gestão. Foi secretária-adjunta de Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial do Distrito Federal

Ser mulher em um país como o nosso, de cultura patriarcal, machista e racista, nunca foi fácil. Em pleno século 21, continua não sendo. Ao extrapolarmos a esfera privada doméstica reservada às mulheres e ousarmos ocupar espaços públicos de poder, tradicionalmente masculinos, como a política institucional, passamos a sofrer todo tipo de violências: interrupções em nossas falas, ameaças, cantadas, importunações sexuais, assédios, piadas, xingamentos, objetificação, desqualificações, atentados e até assassinatos brutais, como o de Marielle Franco. Essas múltiplas violências sofridas parecem nos dizer: “Mulheres, esse lugar não é para vocês, voltem para suas casas”.

A importunação sexual mostrada de forma acintosa, em sessão na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), na quarta-feira (16), quando o deputado Fernando Cury (Cidadania) passou a mão no seio da deputada Isa Penna (PSol), não é um episódio isolado, conforme ela mesma alertou ao denunciá-lo e pedir sua cassação ao Conselho de Ética da Casa. É parte da violência estrutural introjetada em nossa sociedade e da lógica patriarcal do fazer político. Os partidos políticos, majoritariamente dirigidos por homens, reproduzem essa dinâmica machista.

Faz quase um século que as mulheres conquistaram o direito de votar. No entanto, os direitos políticos das brasileiras foram equiparados aos

dos homens somente em 1965. Em 1932, quando as mulheres conquistaram o direito ao voto no país, permaneceram vigentes discriminações que, na prática, excluíam muitas do direito ao voto. A combinação entre Código Civil e voto voluntário para as mulheres que não trabalhavam significava que o direito ao voto só seria exercido se autorizado pelo chefe da família, o marido. Na década de 1950, as mulheres representavam apenas um terço do eleitorado, segundo pesquisas. A exclusão política estava naturalizada, então, como uma dentre muitas atividades negadas às mulheres.

Se analisarmos a baixa representatividade feminina no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, veremos que ainda há muito pelo que lutar. Considero que a plena integração das mulheres ao mundo político representa um dos fatores mais críticos para que alcancemos a democracia paritária e a igualdade de gênero no país. A violência praticada contra as mulheres que ousam ocupar espaços de poder na política, conforme a vivida pela deputada Isa Penna e por inúmeras outras mulheres candidatas ou eleitas no Executivo e Legislativo em nosso país, atua como uma barreira para o acesso, o desempenho e a permanência das mulheres nesses espaços.

Essas violências múltiplas, algumas vezes simbólicas, violam os direitos humanos e políticos das mulheres. Precisamos encarar o desafio de enfrentá-las, denunciá-las e puni-las. Precisamos

transformar o machismo estrutural com ações preventivas como campanhas públicas e programas educativos, dentre muitas outras, tendo os homens como nossos aliados.

Estamos indignadas diante do comportamento repugnante e machista do parlamentar que tenta mostrar domínio sobre o corpo de uma colega deputada. Prestamos solidariedade à deputada Isa Penna. Exigimos, como sociedade civil, que medidas exemplares sejam tomadas para coibir violências políticas de gênero como essa. Essa realidade nos mostra que a estrada ainda é longa até que tenhamos igualdade de gênero na política brasileira. No entanto, temos demonstrado muita disposição em participar da vida política e partidária, apesar de todas as dificuldades.

As cotas de 30% de candidaturas e os 30% de recursos financeiros e de tempo de tevê e rádio são mecanismos que representam avanços, mas precisam ser aperfeiçoados. Por exemplo, aqui ao lado, na Bolívia, a legislação tornou a política paritária e, assim, atingiram nas eleições de 2020 a marca histórica de 56% de mulheres eleitas no Senado e de 48%, na Câmara. Vale destacar que, no Brasil, nos últimos anos, vem se fortalecendo um movimento importante de coletivos e organizações que buscam promover a maior participação política de mulheres nos espaços decisórios de poder. Ainda somos poucas, mas vamos seguir a jornada. Não voltaremos para casa.